

O PAPEL DA MAÇONARIA NA CONTEMPORANEIDADE: PRINCÍPIOS E VALORES UNIVERSALISTAS NA CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, SOLIDÁRIA E ÉTICA SOCIAL¹

The role of Freemasonry in contemporary times: universalist principles and values in the creation of an inclusive society, solidarity and social ethics

MARTINS, Orlando², & NOGUEIRA-SIMÕES, Pedro³

Resumo

Um dos grandes desafios das comunidades humanas na atualidade, é encontrar soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária, onde prevaleça as questões éticas. De que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio? O objetivo deste trabalho será rever conceitos e procurar dar uma resposta a este tema na contemporaneidade. Deste modo, serão abordadas as questões referentes a princípios e valores universalistas, bem como aos conceitos de fraternidade e tolerância. Tratando-se a Maçonaria de um caminho de aperfeiçoamento realizado com base num comprometimento ancorado no desejo e amor à Verdade, a mesma tem como objetivo a criação de uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum no progresso moral, espiritual e intelectual. Sendo identificado os problemas do concretismo de pensamento, bem como da tendência para cada humano e diversos grupos se isolarem nos seus dogmas e crenças, prejudicando as relações humanas existentes, a mesma propõe contrariar tal facto. Ou seja, independentemente das diversas culturas e de todos os poderes instituídos, a finalidade desta Ordem será sempre a de aproximar humanos, reunindo o disperso, sem impor nem uniformizar.

Abstract

One of the great challenges facing human communities today is finding solutions to establish a more solidary and inclusive society, where ethical issues prevail. How can Freemasonry make a unique contribution to this challenge? The objective of this work will be to review concepts and try to give an answer to this theme in contemporaneity. In this way, questions related to universalist principles and values, as well as the concepts of fraternity and tolerance, will be addressed. Since Freemasonry is a path of improvement carried out based on a commitment anchored in the desire and love of the Truth, it aims to create an alliance of humans who come together to work together in moral, spiritual, and intellectual progress. Being identified the problems of concretism of thought, as well as the tendency for each human and different group to isolate themselves in their dogmas and beliefs, harming existing human relationships, it proposes to counter this fact. That is, regardless of the different cultures and all the powers that have been instituted, the purpose of this Order will always be to bring humans together, bringing together the dispersed, without imposing or unifying.

Palavras-chave: *Princípios e Valores Universalistas; Sociedade Inclusiva, Solidária e Ética Social.*

Keywords: *Universalist Principles and Values; Inclusive, Solidary and Social Ethics.*

Data de submissão: maio 2021 | **Data de publicação:** julho de 2022.

¹Revisto por LEONEL MADAÍL Dos SANTOS – Licenciado e Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, Pós-Graduado em Ciências Policiais e Segurança Interna – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Pós-Graduado em Mediação de Conflitos – Universidad Miguel de Cervantes. PORTUGAL. E-mail: leonelmadaidossantos@gmail.com

²ORLANDO MARTINS – Licenciado e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Fisioterapeuta – Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa. PORTUGAL. E-mail: orlandomartins766@gmail.com

³PEDRO NOGUEIRA SIMÕES –Psicólogo/ Advogado. Licenciado em Psicologia Criminal. Mestre em Psicologia Criminal e Forense. Mestre em Cognição Social Aplicada. Licenciado em Direito. Mestre em Direito Ramo Jurídico Políticas. Mestre em Direito Ramo Jurídico Forenses. Doutorado Título Doutoramento Europeu em Psicologia Clínica. PORTUGAL. E-mail: pedrocarochosimosoes@gmail.com

INTRODUÇÃO

«Conhecereis a Verdade e a Verdade vos Libertará» (João 8:32).

Quando se procura escrever sobre o que é a maçonaria, traços gerais podemos considerar como uma escola de progresso, de liberdade e de fraternidade humana, de acordo com as bases universais da sua constituição cosmopolita, livre de qualquer amarra e defensora dos princípios libertadores da humanidade.

Conhecidamente o seu lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e de acordo com a perspetiva descrita em 1912 por Borges Grainha, “não deve descer ao corrilho das facções partidárias nem ao endeusamento das personalidades”, mas sim a um espaço de trabalho onde as ideias se “explanem desenvolvidamente de maneira que todos os seus adeptos as entendam, aceitem, amem e pratiquem”, com obreiros aptos para as tratarem em loja, “convenientemente de maneira que todos se interessem por elas, as discutam e as apreendam” (Grainha, 1912).

Mas antes de se abordar as questões atuais será de relevância acrescida recuarmos em busca de referências no passado, e que por isso surge uma mistura de história e lenda, para estabelecer uma continuidade histórica. É claro que a visão que temos da mesma situa-se a partir do século XVIII, porém a sua origem remonta no seio das agremiações dos construtores de catedrais, aperfeiçoada e perpetuada desde então – estes construtores e arquitetos desses monumentos tinham de ser dotados de profundos conhecimentos técnicos, científicos e artísticos, gozando conseqüentemente de certos privilégios e eram protegidos pelo poder temporal e espiritual.

1. A MAÇONARIA DESDE O PASSADO AOS NOSSOS DIAS...

A título de exemplo, o Papa Nicolau III concedeu aos seus membros, em 1277, o título de pedreiros livres, que implicava a isenção de impostos, da jurisdição ordinária e da obediência aos regulamentos municipais e liberdade de circulação (Arnaut, 2009).

Consideramos como um dos mais antigos documentos maçónicos de que se tem conhecimento, o Regius Poem ou também conhecido como Manuscrito Halliwell, gravado em inglês arcaico, com letras góticas sobre pele de carneiro, poderá - através de várias partes que contêm lendas, episódios bíblicos, descrições de normas e artes - transmitir normas, regulamentos ou estatutos do ofício de Franco-maçom e da corporação.

O respetivo texto citava o Rei Athelstan como o responsável da criação dessas normas, convocando um encontro de maçons para que fossem estudadas e definidas as leis, regras e preços do ofício.

Aqui a Maçonaria era mencionada como Geometria, para o emprego de filhos da nobreza no Antigo Egito, e o mesmo documento já fazia referência a quinze artigos e quinze tópicos com as suas regras referentes ao comportamento moral, à aprendizagem de forma adequada, a punições, e às sete artes liberais.

Adicionalmente, o Manuscrito Cooke publicado no século XV corresponde a um outro documento que estrutura o Regulamento da Maçonaria operativa. O mesmo seguia o conto dos filhos de Lameque, a partir do livro Génesis. A partir destas personagens bíblicas foram-se construindo as diretrizes ao longo dos séculos. Assim, enquanto Jabal descobriu a geometria e tornou-se o maçom Mestre da Caim, Tubalcaim descobriu a metalúrgica e a arte da forja, e a sua irmã Naamá a tecelagem, Jubal descobriu a música.

Nesta sequência, como forma de manter tais conhecimentos e descobrindo que a Terra seria destruída pela água e fogo, inscreveram em duas colunas de pedra tais saberes. Após o dilúvio, Pitágoras e o filósofo Hermes Trismegisto descobriram tais colunas, e as setes ciências foram transmitidas para Abraão, através de Nimrod – o arquiteto da Torre de Babel – que ensinou aos egípcios, incluindo Euclides, enquanto disciplina instrutiva. O ofício é então ensinado aos filhos de Israel, e do Templo de Salomão seguiu seu caminho para a França, e para a Inglaterra de Santo Albano.

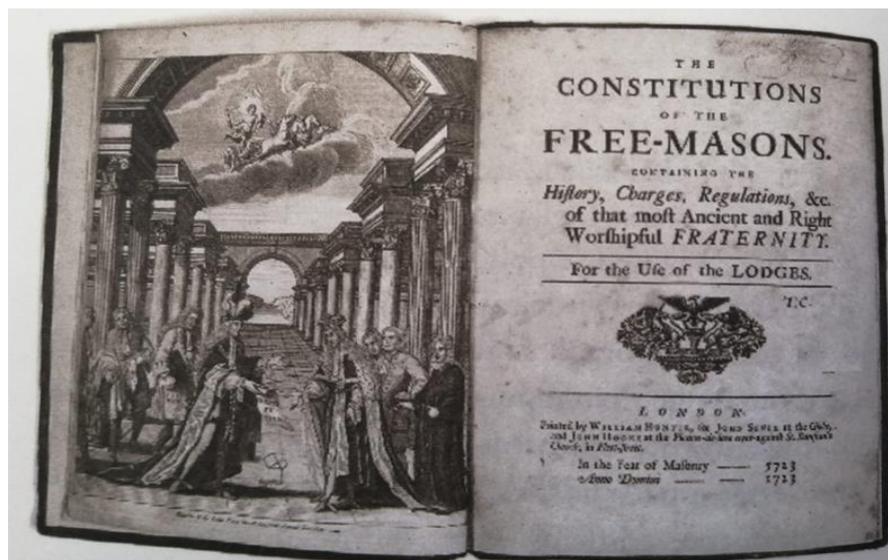
Posteriormente, com o surgimento de uma nova visão contrária ao absolutismo e ao poder aristocrático e clerical, procurou-se cultivar os valores da tolerância e do universalismo – na esteira dos utopistas Bacon e Campanella – e a Maçonaria transformou-se em Maçonaria filosófica ou especulativa. Ou seja, o escopo da Ordem deixou de ser a construção de templos, em concreto, como era evidente na Maçonaria operativa, para se tornar, metaforicamente, na construção do *templo ideal*, na edificação de um mundo melhor, justo e fraterno (Arnaut, 2009). Tal movimento renovador foi iniciado em Inglaterra. Em 24 de junho de 1717, dia da festa de S. João Batista, reuniram-se as quatro lojas de Londres conjuntamente e deliberaram criar um órgão federador, denominado Grande Loja de Londres procurando unificar e preservar o espírito e os valores maçónicos, bem como a regularidades das lojas. Tal necessidade provinha de uma Inglaterra que depois da Revolução Gloriosa de Guilherme de Orange, recuperava e procurava equilíbrios no plano político, social e

económico, sendo a Maçonaria considerada como um novo espaço de sociabilidade onde podiam conviver homens “livres e de bons costumes”, com opções políticas e religiosas diferentes (Ventura, 2013).

Nesta senda, o teólogo e pregador James Anderson, foi encarregado de coligir os velhos regulamentos (Old Charges), em colaboração com o pastor francês Jean Théophile Désaguliers, resultando a publicação da obra em 1723 conhecida por Constituições de Anderson, ou seja, a *Magna Carta* da Maçonaria moderna, em que “Um Maçom é obrigado, por dever de ofício, a obedecer à Lei Moral; e se ele compreende corretamente a Arte, nunca será um estúpido ateu nem um libertino irreligioso”.

Nos tempos remotos e medievais, os maçons “eram obrigados em cada país a adotar a religião daquele país ou nação, qualquer que ela fosse, hoje pensa-se mais acertado somente obrigá-los a adotar aquela religião com a qual todos os homens concordam, guardando suas opiniões particulares para si próprio, isto é, serem homens bons e leais, ou homens de honra e honestidade, qualquer que seja a denominação ou convicção que os possam distinguir; por isso a Maçonaria se torna um centro da união e um meio de conciliar uma verdadeira amizade entre pessoas que de outra forma permaneceriam em perpétua distância” (*Constituições da Antiga Fraternidade dos Maçons Livres e Aceitos*, sob a guarda da Grande Loja de Londres fundada em 24 de junho de 1717 – *Constituição de Anderson 1723*).

Figura 1 – Constituições de Anderson (1723)



Fonte: Uma História da Maçonaria em Portugal.

Tal mudança surge com o *Iluminismo* e das reformas modernas, e sobre o tema específico da imposição de religião, esta consiste sim, na sua essência amar o próximo, fazer o bem, ser um homem bom, de honra e probidade. É por este facto que a Maçonaria se considera a casa de união entre ateus, agnósticos e pessoas dos mais diversos credos, consistente com a divisa maçónica *Deus meumque Jus*.

No entanto, a Bíblia continuou a ser o “livro da Lei”, embora dê ênfase à concepção reformista. Contudo, o ramo liberal ou também denominado de irregular, não se exige a crença em Deus, admitindo apenas homens bons e retos, que sigam os princípios da universalidade, da fraternidade e da tolerância. Estes valores consideram igualmente o reconhecimento e aceitação da mulher em Lojas de Maçonaria.

No contexto nacional, também a Maçonaria está intimamente ligada à História de Portugal, principalmente nos últimos quase trezentos anos. Segundo alguns indícios, pensa-se que tenha existido, em Lisboa, uma Loja composta por membros de nacionalidade inglesa e escocesa, trabalhando a partir de 1727 e introduzida pelo católico inglês William Dugood, proprietário, morador na Lapa e amigo de Alexandre de Gusmão. Seria conhecida pela Inquisição como Loja «dos Hereges Mercadores» pelo facto de ser constituída por ingleses e escoceses protestantes, regularizada na Grande Loja de Londres de 1735, primeiro com o número de ordem 135 e depois com o 120.

A segunda Loja conhecida em Lisboa, A Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia, foi criada por irlandeses católicos, em 1733. Houve uma tentativa de regularização em 1738 junto da Grande Loja de Londres que não foi concretizada. Em 1741, surgiu a Loja de John Coustos com cerca de 300 membros, que se manteve em atividade até 1743, momento em que vários membros foram presos.

As razões que explicam esta curta existência devem-se ao facto de, a 28 de abril de 1738 o papa Clemente XII publicar a bula *In Eminentis Apostolatus Specula*, condenando a Maçonaria. Nesse mesmo ano, a 28 de setembro, data em que a bula foi afixada em Lisboa, o inquisidor-mor cardeal D. Nuno da Cunha e Ataíde publicava um edital que constituía o primeiro momento da perseguição à Maçonaria em Portugal (Ventura, 2013).

Tal situação só melhorou com a subida ao trono de D. José I, com a governação pombalina, apesar de, em 1751, o papa Bento XIV ter renovado a condenação da Maçonaria através da bula *Providas Romanorum*. Nomes como Marquês de Pombal, Gomes Freire de Andrade e D. Tomás Xavier Lima (marquês de Ponte de Lima), foram cruciais nesta fase

(Matos, 2014). Sendo uma época plena de contradições, pensa-se que o Marquês de Pombal tenha sido iniciado em Londres ou Viena, tendo como elemento indicador o mesmo ter pertencido à Royal Society, dominada por maçons, assim como a visita da Loja Aux Trois Canons, na capital austríaca.

De igual modo, a vinda para Portugal do conde reinante de Schaumburg-Lippe, Friedrich Wilhelm Ernst, por sugestão da Grã-Bretanha, a fim de reorganizar o Exército luso, contribuiu para o fortalecimento da Maçonaria. Assim como os oficiais que o acompanhavam eram pedreiros-livres, o contacto com militares portugueses produziu frutos, patentes no surgimento de Lojas maçónicas em localidades com guarnições militares, como são os casos de Lisboa, Elvas, Olivença e Valença.

Outra nova fase de perseguições surge, com a morte de D. José I, ocorrida em 24 de fevereiro de 1777, e com a queda do Marquês de Pombal, influenciada pelos setores mais conservadores da aristocracia e da Igreja, em pleno reinado de D. Maria I. Posteriormente, o clima de guerra generalizada que a Europa conheceu desde 1792, em consequência da Revolução Francesa, acabou por potenciar, paradoxalmente, o desenvolvimento da Maçonaria em Portugal nos anos que antecederam a passagem do século XVIII para a centúria seguinte.

Em termos históricos, é no final do século XVIII, princípios do século XIX, que surge a orientação espiritual da Maçonaria agnóstica, baseada no Grande Oriente de França. É também nesta fase que começam a existir, efetivamente, Lojas autónomas, e em 1805 foi publicado um livro considerado como a primeira obra sobre a Maçonaria em Portugal – *Cartas sobre a Framaçonaria*.

Posteriormente, no Congresso Maçónico de 1905 e no Congresso do Livre Pensamento realizado em 1908 discutiram-se aquelas que viriam a ser as bases de um futuro regime republicano. Tal ideologia tinha muitos apoiantes, pois tratando-se de uma visão progressista, que pretendia colmatar as agruras da Pátria e a decadência da nação. Tal regime proposto assentava na laicidade da sociedade, que se manifestava através da separação do Estado face à Igreja, da abolição do carácter oficial de todas as festas religiosas, do registo civil obrigatório, da assistência pública hospitalar e da instrução primária pública e obrigatória para todas as crianças (Arnault, 2006; Ultimato da Grã-Bretanha a Portugal no qual impunha a obrigação de renunciar a um vasto território africano, que ligava Angola a Moçambique, viria a dar origem à revolta de 31 de Janeiro de 1891).

Assim considera-se este momento como de relevância acrescida na história da Maçonaria em Portugal, ou seja, a proclamação da República. No dia 5 de outubro de 1910, a Maçonaria e a Carbonária foram decisivas para o sucesso da implantação da República, e outras associações secretas portuguesas desempenharam um papel importantíssimo no movimento. No entanto, na revolução participaram maçons e não maçons.

Se por um lado, Machado dos Santos se deixou entusiasmar afirmando que a revolução se deveu exclusivamente à Maçonaria, Magalhães de Lima mostrava-se mais rigoroso ao afirmar que o movimento revolucionário fora obra de maçons. O certo é que não faltava quem exibisse a sua condição de maçom como forma de se associar ao novo regime. Um momento de plena afirmação do novo regime que consagra os seus mártires, foi o funeral de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, com a presença das delegações de Lojas com os seus estandartes e alguns membros paramentados.

Na sequência do golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e com a formação do Estado Novo, a Maçonaria portuguesa tem um período agitado. A título de exemplo, no dia seguinte à publicação da lei n.º 1901 de 21 de maio de 1935, Norton de Matos escrevia o seguinte ao Ministro da Guerra: «Venho comunicar a V. Ex.^a que, devendo, em virtude dessa lei, dissolver-se a associação de maçons portugueses, deixo desde hoje de ser Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa e de pertencer a uma associação que, em obediência a uma lei do Estado, deixa de existir» (Norton, 2002). E sob o regime salazarista e marcelista, a maçonaria portuguesa praticamente deixou de existir até ao 25 de abril de 1974.

Por fim, a Revolução dos Cravos ao derrubar a ditadura restabeleceria a ordem democrática e a liberdade. O triunfo deste movimento revolucionário desencadeado a 25 de abril de 1974, com a garantia de liberdade de associação e de reunião, provocou uma profunda transformação no sindicalismo, que já se vinha libertando do espartilho corporativo, gerando movimentos associativos de diversos tipos, gerando um clima de liberdade que proporcionou à Maçonaria a possibilidade de emergir à luz do dia, depois de décadas de clandestinidade.

Em 6 de maio de 1983 é instalada a primeira loja portuguesa da Maçonaria feminina, Unidade e Mãria, com mulheres iniciadas em França, sendo eleita a 29 de março de 1997 a primeira Grã-Mestre. A Ordem Maçónica Mista Internacional Le Droit Humain começou a laborar em 1980, tendo já existido em Portugal nos anos vinte do século XX, e surge em 2008 a Ordem Maçónica Internacional do Rito Antigo e Primitivo de Memphis e Misraim, demonstrando a Maçonaria nestes três séculos de presença em Portugal, uma Maçonaria viva

e com uma pluralidade de Obediências que refletem diferentes formas de ler, assumir e viver a tradição maçónica (Ventura, 2013).

Nesta ordem de pensamento, atualmente pode-se considerar que persistem muitos dos ideais obtidos após a vitória dos liberais, nomeadamente o poder do Estado assentar na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, na salvaguarda dos direitos individuais, na propriedade privada e no princípio da separação dos poderes judiciais, legislativo e executivo (Cravinho, 2013). Consequentemente, mantêm-se os valores de fraternidade, da solidariedade e da justiça, que influenciam não apenas os seus obreiros, mas inclusive o mundo profano.

Atualmente é considerado e aceite por todos os maçons que o papel desta Ordem consiste essencialmente numa escola de sabedoria e virtude, estando os seus membros ligados entre si por ideais nobres, ideais de perfeição, embora possam divergir entre eles, já que são livres de adotar religiões diferentes. De igual forma, podem e devem expressar livremente o seu pensamento, e para tal não se deve considerar a Maçonaria como uma sociedade secreta, mas sim fechada, onde no seu Templo se reúnem à porta fechada pessoas que pretendem ensinar e aprender a sabedoria e a virtude. É por isso, e somente por isso, que a Loja se considera um espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas, úteis ao aperfeiçoamento pessoal (Matos, 2014).

A linguagem dos símbolos na Maçonaria aponta para o caminho da necessidade que o maçom tem de reconhecer a sua própria vulnerabilidade, isto é, precisa tomar consciência das suas feridas, que representam a possibilidade de ele próprio “adoecer” e sofrer. É por meio desta consciência que cada um de nós se pode colocar no lugar do outro para poder avaliar o sofrimento dele e, desse modo, exercer a fraternidade e a solidariedade.

1.1. A Maçonaria na Resolução dos Problemas Atuais: Espaço de criação e de resposta na Sociedade Contemporânea

Tratando-se a Maçonaria de uma associação de homens esclarecidos, a mesma poderá contribuir na atualidade para a finalidade a que sempre se propôs: felicidade do género humano. Tal objetivo estará desprovido de interesses políticos ou religiosos. De acordo com Jacques Ploncard D’Assac, trata-se de “uma associação de homens esclarecidos, não tendo outra preocupação se não a felicidade do género humano – fora de toda a preocupação religiosa e política – excluindo apenas o ser sem virtude” (D’Assac, 1984, p. 8).

A Maçonaria é uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum para o aperfeiçoamento intelectual, moral e espiritual da Humanidade – e dentro desta não há classes sociais – há graus de conhecimento (pilar do Ensino), funções executivas (pilares da Economia com os Oficiais de Loja e o Venerável Mestre ou o Conselho da Ordem) e funções jurisdicionais com o Venerável Mestre ou o Grande Tribunal Maçônico. Este caminho de aperfeiçoamento é realizado com base num comprometimento ancorado no desejo e amor à Verdade. Assim, a Maçonaria é uma escola de virtude e sabedoria, que opera através de um “sistema de moral velada pela alegoria e ilustrada por símbolos, e que não tem por base um mandamento que nos tenha sido dado (...), mas baseia-se em factos precisos e leis de ordem natural, sobre os quais não há dúvidas” (GLSP, 2017).

Deste modo, a mesma se afirma como uma “Família”, uma “Família Universal” em que ser maçom é pertencer a esta família a qual se dedica à construção do Templo de Verdade, como se referiu acima. Para Luiz Silva (2016), um dos principais elementos que caracteriza a família, é esta acolher os seus membros e, portanto, família significa “Acolhimento”. Frequentemente, no nosso quotidiano, observando de forma direta ou sendo relatado, convivemos com acontecimentos marcados não pelo acolhimento e construção, mas sim, pela rejeição, exclusão e divisão e pela destruição (Silva, 2016).

Um dos grandes desafios da atualidade é a necessidade de encontrar novas soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária. É inerente a todos, o dever de se implicar e acompanhar as mudanças em curso no mundo e procurar estar afinado com o seu diapasão, isto é, com base no que Immanuel Kant definiu como imperativo categórico: dever de cada um agir conforme os princípios e os valores que considere serem benéficos caso sejam seguidos por qualquer outro indivíduo.

Coexistimos, mas muitas vezes afastamo-nos uns dos outros e quando isso acontece, também nos afastamos do mundo. Frequentemente vivemos em conflito com a ordem natural das coisas e em desacordo com a nossa dimensão biológica. Nós, por natureza, temos necessidade de explicar o que é o mundo e dessa necessidade nasceu a ciência moderna. Temos igualmente necessidade de compreender quem somos e quem é o outro, questões que nos conduzem para domínios subjetivos, como sejam: sentimentos, emoções, valores e intuição.

Aliás, numa sociedade moderna em que o consumismo impera, grande parte dos seres humanos tem recursos suficientes, não se preocupando com a sustentabilidade do sistema. Outro risco inerente que aqui se coloca para a humanidade, ou seja, a consciência global

acerca do nosso lugar como pessoa humana nessa enorme família. O despreendimento de se isolar em si mesmo, e não contribuir para a própria espiritualidade dos demais. Apesar do processo iniciático ser individual, não obstante ocorrer num contexto coletivo, pois o estudar, aperfeiçoar, meditar e refletir para melhorar no seu dia a dia apenas se consegue na obtenção de força e partilha de conhecimentos no seio da Loja (Matos, 2014).

A essência de uma comunidade de “irmãos” – tal procura ser a Maçonaria – é a inclusão do outro. Neste sentido, face aos desafios contemporâneos da construção de sociedades mais inclusivas e solidárias, de que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio? Uma das possíveis respostas poderá ser enunciada da seguinte forma: é preciso refletir para reconstruir. Perante uma cultura em que o Homem é, em simultâneo, protutor, produto e subproduto de uma sociedade mercantilizada, é preciso questionar, entender e transformar.

Na nossa cultura predomina o pensamento linear, a lógica binária. Este modo de pensar pode fazer acreditar que há sempre polos antagónicos entre os quais é preciso escolher. A possibilidade de escolher é um dos fundamentos da liberdade e da democracia, valores grandemente exaltados pela Maçonaria, todavia, esta não é aquela escolha binária – ou é preto ou é branco – que limita as possibilidades de exercer a individualidade, a criatividade e a consciência crítica.

Uma cultura em que predomina o pensamento linear / a lógica binária, cria mentes prisioneiras das polaridades, como sejam: ou virtude ou vício; ou bem ou mal; ou Norte ou Sul, ou Oriente, ou Ocidente. Um pensamento fortemente formatado nesta lógica binária dificulta a nossa perceção da diversidade e da complexidade do mundo, conduzindo a uma deficiente comunicação entre as pessoas, geradora de uma lógica de exclusão. É certo que o modelo binário / linear permite criar resultados práticos e significativos para a melhoria da vida humana, como sejam as que se aplicam as situações mecânicas, instrumentais e operacionais.

O que torna problemático aquele modelo, não é sua existência nem as aplicações práticas que cria, mas sim o fato dele ser visto como quase único, exclusivo. Importa, assim, complementar aquele modelo de pensamento binário, por um modelo de pensar de forma abrangente / holístico, isto é, pensar o todo sem deixar de lado as partes. Silva (2016), a este propósito, cita o filósofo francês Blaise Pascal (1623-1662): "Considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer as partes em particular".

O lema “Bem Pensar, Bem Dizer, Bem Fazer” não nos deve indicar uma realidade sobre a qual fazemos uma escolha limitada, estreita e fragmentada entre dois polos opostos, mas sim uma escolha ilimitada, aberta à reflexão, à ponderação, capaz de conduzir à formação do homem livre e integral, capaz de pensar o mundo na sua natureza complexa. Para isso, precisamos de uma educação que nos conduza a um equilíbrio entre um modelo de pensamento objetivo e lógico - indispensável para que lidemos com as situações concretas, objetivas e quantitativas do cotidiano – e um pensamento de natureza subjetiva, que inclui os sentimentos, as emoções e a intuição. É neste sentido que os termos “acolhimento” e “complementaridade” são deveras importantes nos trabalhos maçônicos, os quais têm por base a construção da fraternidade e da egrégora entre os irmãos, capaz de ser transportada para a vida profana de cada um.

Ou seja, muitos dos problemas que a Maçonaria enfrenta hoje provêm da sua infidelidade a esta Verdade que cura as doenças e purifica, assim como à constante presença num pensamento marcadamente concreto quanto à sua essência. O Maçon é convidado e encorajado a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade – sendo estes lemas de vida praticados no seio familiar de cada um, no seu local de trabalho, na sua convivência e conseqüentemente na sociedade em geral.

Neste ponto, os ensinamentos da Maçonaria são basilares, pois a sabedoria e virtude não servem para engrandecer o maçom, mas para o conduzir ao Templo da Verdade. E sabemos que não há religião superior à Verdade, logo o mesmo não tem necessidade de ter uma religião institucionalizada. Segundo Luis de Matos na sua reflexão sobre o Templo da Verdade, o mesmo refere que:

O Templo da Verdade é o local metafísico onde a percepção da verdade desaparece, a distorção causada pela verdade individual cessa e Verdade Indivisível, como ela É, brilha em todo o seu esplendor, Inconfundível, indistorcível, inefável.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria trabalha num Templo. As reuniões decorrem à porta fechada, em Loja, num espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas de cada grau. A palavra “templo” etimologicamente provém do grego *téménos*, de radical “tem”, que evoca um corte. Em latim, *templum* significa “lugar reservado”, ou “lugar à parte”, lugar separado dos lugares comuns.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria usa o véu dos símbolos. Os símbolos são as regras da linguagem metafísica, do código linguístico partilhado por todos os seus estudantes – no caso da Maçonaria, essa linguagem é a sua matriz judaico-cristã (Matos, 2014, p. 26 e segs.).

Nesta sequência, é por esta ordem de ideias que o Evangelho de João está aberto no seu primeiro capítulo em todas as Lojas regulares em trabalho, pois é nesta passagem que se destacam palavras como “verdade”, “luz”, “obra”, “conhecimento” e “libertação”.

Mas note-se que, o acesso ao Templo da Verdade não está acessível ao simples curioso, é necessário desejar e amar a Verdade, pois a mesma expõe as nossas fraquezas, coloca à vista os nossos medos, a nossa vilanagem visceral. E nesta sequência, os seus Mistérios, pouco mais são do que a sua origem, fundação e objetivo. Essencialmente, a Maçonaria é uma escola iniciática, encorajando os seus elementos a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade, praticando-as tanto em trabalho de Loja, como levando-as para a sociedade em geral.

Algumas questões podem surgir neste ponto, tais como: Qual o objetivo da Maçonaria como um todo? o que se propõe fazer e construir tais elementos que a compõem? e, para que serve a Maçonaria? Ao tentar responder de forma objetiva e utilitária, perde-se a objetividade de entender que a mesma é uma Escola Iniciática e nada mais, é apenas isto que caracteriza a sua essência.

Dependendo de cada pessoa, as respostas divergem na sua fundamentação, contudo dúvidas não existem desta Ordem enquanto via iniciática. E este aspeto iniciático remete para o verdadeiro desejo de uma transformação interior, e depois desta, através de uma ação de mutação formal, transmutação interior. Só assim, a questão da iniciação do Homem a trabalhar as suas imperfeições e ambições, a confrontar-se com elas, poderá posteriormente ser um elemento igualmente útil à sociedade em geral.

Contudo, não é essa a imagem que a população em geral tem da Maçonaria, ou seja, existe sim uma imagem pública ruínosa desta Ordem e dos elementos que a compõem em diversos países. Tal situação deve-se aos próprios elementos que a constituem, ao aceitar-se no seu seio Homens e organizações a que se insiste em chamar de “irmãos” e “maçonaria”, permitindo-lhes representar a Ordem. Tal representação e imagem difere, e nos países nórdicos ainda continua a ser extremamente respeitada. Contrariamente, nos países onde imperam formas de governo totalitário é que a mesma é perseguida por ser entendida como subversiva, capaz de gerar livres-pensadores, empreendedores e líderes não-conformistas.

A Maçonaria no século XXI não deve ser a mesma Maçonaria que foi vivida no século XVIII, apesar daquela que hoje projetamos só poder ser sólida se estiver bem assente nos fundamentos de todo o seu passado, porque também o seu passado assentava nos fundamentos judaico-cristãos da Maçonaria de ofício primitiva (Matos, 2014). Segundo Scawn Eyer a própria francomaçõaria antecedeu o Cristianismo, mas foi a matriz cristã que deu um significado mais profundo à própria Maçonaria (Hackett, 2014; Eyer, 2016).

Especificamente, para pensar o seu papel na contemporaneidade, é preciso partir da base do sistema de pensamento ou modelo mental por meio do qual construímos o nosso mundo. Em geral aquele é um modelo que privilegia as partes isoladas, em prejuízo das relações. As sociedades contemporâneas são regidas por um sistema de pensamento que privilegia o não acolhimento, a divisão e o afastamento: vivemos numa sociedade de desconhecidos, de estranhos. Silva (2016) refere que o desconhecimento produz a desconfiança, e esta alimenta o medo e é por ele ampliada. Se temos medo de entrar em contato com os nossos sentimentos e emoções, acabamos por adotar uma visão de mundo em que tudo nos parece externo e objetivo.

Para pôr em prática os objetivos sociais da Maçonaria é preciso mudar de modelo mental. Trata-se de uma mudança ampla e profunda, que não pode ser feita por meio de iniciativas superficiais e de curto prazo. Na tradição maçónica é feita uma reflexão em torno do enunciado de “Bem Pensar, Bem Dizer e Bem Fazer”. Silva (2016) refere que em geral, sentimos antes de pensar, ou, de modo inverso, o que pensamos produz sentimentos. Assim, pode-se dizer que o sentir e o pensar se influenciam mutuamente, isto é, estão em relação circular.

Em conclusão, e reforçando esta perspectiva acima descrita, Kaplan (2014) realizou um estudo que procurou analisar a estrutura da intimidade coletiva usando como modelo o modo como os maçons desenvolvem sentimentos de amizade e fraternidade, assim como estes são vivenciados na sua esfera privada e pública.

Neste estudo observou-se naturalmente uma intimidade coletiva no seio dos seus trabalhos maçónicos, como também tal forma de interagir com os demais publicamente, e de comunicar extravasou ao nível da solidariedade nacional e cívica, confiança e amizade. Existe uma espécie de cadeia de união, sentimentos de familiaridade e reverência nas suas ligações privadas e no próprio coletivo/comunidade onde se inserem. Por fim, tais elementos encaram a esfera pública com os mesmos valores e atitudes que encaram as suas reuniões cerimoniais (Gaonkar, 2002; Kaplan, 2014).

Podemos finalizar de acordo com a perspectiva de Rémi Boyer (2017):

Dentro do contentor que a comunidade representa, o buscador aprenderá a jogar com os laços, a fazer e a desfazer as formas, sem que isso odilarece interiormente ou rasgue a nergia em presença. Tomará consciência de que aquilo que ele crê estar no exterior se encontra no interior e que, por isso, onde quer que se encontre, a comunidade, a loja, a Ordem, o mundo, permanecem nele. Ele é o seu próprio mundo, a sua própria criação (p. 66).

1.2. Princípios e Valores Universalistas: Inclusão, Solidariedade e Ética Social

Propondo-se a Maçonaria realizar a universalidade, a fraternidade e a tolerância, coloca-se logo de partida a questão de saber como tal objetivo será possível se a mesma abarca várias obediências e ritos. Assim como algumas obediências rejeitam as mulheres e irmãos pelas suas opções políticas, religiosas, filosóficas ou por pertencerem a outras famílias maçônicas. Segundo Corneloup, é “a Ordem que é a que pode realizar a universalidade e as Obediências que atraíam a Ordem”.

Nesta linha de pensamento, a sua pretensão de universalidade também pode suscitar dúvidas, pois ao considerarmos a Maçonaria como uma estrutura viva, a mesma terá de se adaptar ao meio que a rodeia e reproduz no seu seio as fraturas que pretende resolver, e que em certo ponto pretende regular em função das épocas e lugares.

De facto, em cada país e com o decorrer dos séculos, foram promulgados diversos e numerosos estatutos, contudo, isso não obsta a que a Maçonaria possua determinado número de princípios básicos, aceites por todos os elementos que a compõem em todas as partes do globo. Tal condição possibilita a aceitação, a fraternidade universal dos maçons, a sua condição de grande família no seio da Humanidade, que centralize o pensamento e a ação da Ordem. Inclusivamente, pode falar-se de um conjunto de características institucionais comuns a todas as famílias maçônicas que permite a sua identificação (Lázaro, 1996).

A sua universalidade assenta no princípio de que todos os homens são iguais perante uma entidade a que denomina de Grande Arquiteto do Universo, sendo que todos os templos dos Francos-maçons são consagrados à humanidade, à tolerância, à união mais íntima, à amizade mais perfeita e ilimitada e à fraternidade incondicional (*Manual de Aprendiz*, RAPMM, GLSP, 2017).

Aquele enunciado da universalidade da Maçonaria está ancorado a uma construção política e jurídica, cujo início da produção remonta ao século XV e, principalmente, ao século XVII. À época do *Iluminismo*, não existia uma afirmação consagrada dos direitos humanos, válidos para todos de maneira universal, mas apenas direitos de âmbito regional ou nacional, pensados para alguns humanos de maneira específica, como foi o caso dos direitos do homem, integrantes da Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (Grubba & Staffen, 2017).

A Maçonaria acolhe no seu seio Homens “livres e de bons costumes” - e os bons costumes são diversos costumes - reconhecendo que a diversidade cultural assume um importante papel de aproximar os homens, sendo através do diálogo possível criar avanços na proteção e implementação dos direitos humanos.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ter declarado o caráter universal dos direitos humanos, desde o seu surgimento se discute a aplicabilidade daqueles direitos. Argumentos relativistas, localistas ou de direitos culturais, foram se afirmando contrários à ideia de um possível ou necessária universalidade dos direitos humanos. Deste modo, consideravam ser o universalismo, uma “tentativa cultural ocidental de imposição imperialista de uma única forma de se estar no mundo com dignidade” (Grubba & Staffen, 2017).

Os defensores do relativismo cultural sustentam que cada cultura possui uma visão acerca dos direitos fundamentais e que não há uma moral universal, em razão do pluralismo de culturas existentes no mundo. Esses discursos questionam a premissa universalista, considerando que a tentativa de universalização dos direitos, de maneira *a priori*, é incompatível como os demais modos de vida cultural não-ocidentais e não capitalistas (Grubba & Staffen, 2017). Em contrapartida, os universalistas defendem que o pluralismo cultural não pode servir para encobrir violações aos direitos humanos.

Boaventura de Sousa Santos, referido por Pottumati (2014), defende que o multiculturalismo seria uma pré-condição para uma relação equilibrada, que além de reforçar a ligação entre a legitimidade local e a competência global, igualmente representaria uma política contra-hegemónica de direitos humanos.

Ressalta desta discussão a necessidade de diálogo entre as partes, a fim de se evitar o monólogo, fundamentalmente por parte dos que “defendem a preservação radical de valores culturais ou tradições, que podem ter sido forjados com base em manipulações para a manutenção do poder” (Pottumati, 2014).

O universalismo busca abarcar os localismos culturais e proteger o direito à diferença, inclusive o respeito aos direitos humanos, quando há uma tentativa de imposição culturalista no que concerne à escolha de religião ou crença. Podemos igualmente considerar não ser, o universalismo, uma tentativa de imperialismo cultural, mas, pelo contrário, a tentativa de impedir possíveis imperialismos culturais.

É importante considerar que este diálogo entre universalistas e relativistas não deva ocorrer apenas no meio acadêmico, mas também no seio de estruturas políticas, económicas e socioculturais.

Os Trabalhos Maçónicos são espaços de debate e criação de valor pela Arte de acolher o multiculturalismo como condição do universalismo humano, pelo que - independentemente de vínculos culturais, religiosos ou políticos - os valores que objetivam a proteção da dignidade humana, são a fraternidade.

Neste sentido, a Maçonaria é única no seu objetivo de “reunir o disperso”, sem impor nem sequer uniformizar, expondo sempre as questões mais impertinentes, demonstrando a sua própria independência perante todos os poderes, a sua rejeição de qualquer identificação com um modelo político ou religioso específico, e o seu respeito pela pluralidade, que faz a vida mais rica e evoluída.

Assim, apesar das características individuais, ideias ou peculiaridades dos maçons, assim como as acima descritas diferenças culturais e societárias, os mesmos desenvolvem os seus trabalhos sempre com a exigência humanista permanente e igualmente compartilhada por todos os elementos que compõem tal Ordem, com base nos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Este humanismo é alcançável pela tolerância, que é uma das grandes virtudes da Ordem, melhor dizendo, pela tolerância ativa, que implica aceitar a diversidade do outro para que ele aceite a nossa própria sensibilidade, e também criar plataformas de entendimento, através de valores éticos comuns, herança irrenunciável da Maçonaria universal (Arnaut, 2009).

Existem três traços que permitem considerar que a Maçonaria alberga três grandes correntes de pensamento: corrente espiritualista, social e esotérica. Na primeira corrente, assume-se que o sagrado é consubstancial da humanidade, o qual se busca o “homem primordial”, que mediante a tradição maçónica, tenta que cada maçom seja mediador da sua própria projeção para o universal e pureza original. A corrente social dá ênfase à atividade humana, em que tais elementos participam nesta família de pensamento e procuram participar em todas as atividades da vida social e política – privilegiando a espiritualidade ao invés do materialismo. Por fim, a última corrente privilegia a busca de

“poderes” psicológicos e paralógicos através de ritos e iniciações específicas, valores, conhecimentos e práticas esotéricas (Bannel, 2006; Eyer, 2016).

Na realidade a Maçonaria é portadora de um conceito do mundo, baseado num sistema de representação e organização potencialmente universal. De acordo com Yves Bannel tem “uma função hermenêutica do mundo em que vivemos, porque o mero facto de crer que o homem obedece a leis de índole universal não é neutro e expande o campo de ação da razão” pois “o mundo moderno não se limita a um país, uma república, uma monarquia específica, mas tende para a construção de um templo universal, horizonte inalcançável, mas sempre presente na mente dos utópicos que somos” (Bannel, 2006, p. 50 e 51).

Essencialmente, a sua orientação foca e analisa novos desafios da modernidade, para trabalhar na evolução das mentes e dos comportamentos, tanto individuais como sociais, e propor valores e ideais sem conotações ou manipulações históricas ou ideológicas.

Quanto aos valores propostos pela mesma, o primeiro corresponde à liberdade de pensamento, ou seja, aquela que resiste a todas as forças que moldam a sociedade. Assim “a verdade” e a “luz” que buscam os maçons são uma forma de assumir a liberdade universal, sempre que o sentido profundo integre esses valores morais que permite os seus elementos combinar a razão, a fraternidade, o livre arbítrio e o caminho pessoal. E o segundo valor proposto é a exigência moral, pois a mesma tende para a universalidade. Ou seja, como demonstrou Kant, é sempre universalista como mínimo, sobretudo quanto a moral maçónica é uma verdadeira ética, que se sustenta na razão e nos seus valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outro elemento universalista a considerar da mensagem maçónica é a ética. De acordo com Comte-Sponville, a ética é uma moral enriquecida pelo amor. Essa fraternidade buscada e assumida pelos maçons, que não é mais que o amor à humanidade na sua plena diversidade, em busca de uma solidariedade verdadeira, ilustrada na perfeição pela associação dos dois termos: igualdade e fraternidade. Conseguir manter o espírito aberto aos outros e às mudanças, ao estranho e ao imprevisto e desconhecido fazem parte desta Ordem, que procura forjar e indicar um caminho, fora da necessidade formalista e anquilosada do presente, e da própria incompreensão (Bannel, 2006).

Segundo Marques (1995) este aprimoramento moral surge a par do intelectual, de modo que a hierarquia maçónica é frequentemente interpretada como a gradual ascensão no afinamento das qualidades morais, do conhecimento e amor ao semelhante e na superação de todo e qualquer preconceito.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de aperfeiçoamento e de reflexão concretiza-se na ação, ao nível filantrópico, político e social, em que os maçons têm sido importantes nas etapas de refundação intelectual da Europa. Estes, desde a Reforma, participando na elaboração dos valores e do próprio projeto humano e organizativo da sociedade, assim como na criação de instituições que continuam hoje estruturando o nosso enquadramento de vida e de pensamento.

Pode haver quem pretenda denegrir a imagem da Maçonaria e a sua importância no passado e como elemento essencial para um futuro com moral, ético e humanista. Pode haver quem não a classifique como uma Ordem única e que pretende situar o homem no próprio coração do homem, porém os trabalhos que a mesma desenvolve vão prosseguir contra todas as adversidades e impedimentos. A envergadura ético-moral dos grandes vultos da Maçonaria, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais livre e justa são penhor dos nobres princípios maçónicos (Arnaut, 2009).

Já assim foi quando a mesma através dos seus elementos procurou e conseguiu criar a Cruz Vermelha, a Sociedade das Nações e da ONU e muitas outras organizações, destacando-se: as grandes estruturas mutualistas, a concretização das ideias em matéria de abolição da escravatura, fim da pena de morte, laicidade, igualdade entre homens e mulheres, reforma educativa, criação de grandes estruturas de formação, tutoria e acompanhamento ao nível do Planeamento Familiar, ONG's, Alcoólicos Anónimos, etc..

Em conclusão, pautando-se pelo seu compromisso cívico, de cidadania, com especial atenção às problemáticas de cada época, e claramente um caminho iniciático, por natureza incomunicável, trata-se ao longo do tempo de uma verdadeira natureza e as suas propostas fundamentais se revelam plenamente. Traços gerais, conforme refere Yves Bannel, a mesma contribui na ideia de que “ser humano é tomar consciência da sua dependência dos outros e saber transformar esta dependência em liberdade” (Bannel, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnaut, A. (2009). *Introdução à Maçonaria*. (6ª ed.). Coimbra Editora
- Bannel, Y. (2006). *A Maçonaria – Uma Visão Diferente do Mundo*. A Corunha: Fundação Ara Solis.
- Boyer, R. (2017). *A Tradição Maçônica e o Despertar da Consciência. Ensaio para uma Pragmática da Iniciação Maçônica e Pós-Maçônica*. Zéfiro – Edições e Actividades Culturais.
- Cravinho, A. (2013). *Influência da Maçonaria nos Feminismos da 1ª República*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- D’Assac, J. (1984). *O Segredo da Maçonaria*. Edição TIPAVE.
- Eyer, S. (2016). *The Essential Secrets of Masonry - Insight from an American Masonic Oration of 1734. The Plumbline: The Quarterly Journal of the Scottish Rite Research Society*, 23(2) 1–7.
- Gaonkar, D. (2002). Toward New Imaginaries: An Introduction. *Public Culture* 14 (1), 1-19. <https://doi.org/10.1215/08992363-14-1-1>
- GLSP (2017). *Manual de Aprendiz 1º Grau. Ritual Antigo e Primitivo Memphis Misraim*. Grande Loja Simbólica de Portugal. Edição Interna
- Grainha, Borges (1912). *História da Maçonaria em Portugal 1735-1912*. A Editora Limitada – C. Barão.
- Grubba, L., & Staffen, M. (2017). Direitos culturais e Nações Unidas: uma análise a partir da Declaração Sobre a eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas na Religião ou na Crença. *Revista de Direito Internacional, supl. Direito Internacional dos Investimentos*, 14(2), 511-524. <https://doi.org/10.5102/rdi.v14i2.4657>
- Hackett, D. (2014). *That Religion in Which All Men Agree: Freemasonry in American Culture*. University of California Press.
- Kaplan, D. (2014). The Architecture of Collective Intimacy: Masonic Friendships as a Model for Collective Attachments. *American Anthropologist*, 116(1), 81-93. <https://doi.org/10.1111/aman.12070>

Lázaro, P. (1996). Origen, Evolución Y Naturaleza de la Masonería Contemporánea, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia* (Porto, 1 a 4 de fevereiro de 1994). Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas.

Marques, A. (1995). *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Publicações D. Quixote.

Matos, L. (2014). *A Maçonaria desvendada: reconquistar a tradição*. Edições e Actividades Culturais.

Norton, J. (2002). *Norton de Matos. Biografia*. Bertrand Editora.

Pottumati, C. (2014). Direitos humanos, universalismo e relativismo: em busca de diálogo e novos paradigmas. *Revista Argumenta*, 20, 181-197.

Silva, L. (2016). Maçonaria do Século XXX: Pensar, Sentir e Viver. *Revista O Buscador – Revista de Ciência Maçónica. Loja Maçónica de Estudos e Pesquisas Renascença, n. °1*. Campinas Grande. Brasil.

The Matthew Cooke Manuscript with translation. Grand Lodge of British Columbia and Yukon A.F. & A.M. Consultado em 4 de maio de 2021

Vilela, A. (2013). *Segredos da Maçonaria Portuguesa*. Editora Esfera dos Livros.